

DIREITO DE FAMÍLIA INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O Direito da Família é um dos ramos mais relevantes do ordenamento jurídico, pois lida diretamente com as relações familiares, que são a base da sociedade. Estudar esse campo proporciona uma compreensão aprofundada dos direitos e deveres que envolvem os membros de uma família, garantindo proteção e equilíbrio nessas relações. Em um cenário em que os conflitos familiares são inevitáveis, o conhecimento do Direito da Família capacita os profissionais a resolverem esses problemas de maneira justa e eficiente, com o mínimo de impacto negativo possível, sempre focando na proteção dos direitos das partes mais vulneráveis, como crianças e idosos. Estudar esse campo é essencial para estar atualizado e preparado para lidar com novas demandas jurídicas.

OBJETIVO

Capacitar profissionais para atuarem na área de Direito.

METODOLOGIA

Concebe o curso de capacitação em DIREITO DA FAMÍLIA numa perspectiva de Educação a Distância – EAD, visando contribuir para a qualificação de profissionais de educação que atuam ou pretendem atuar na área.

Código	Disciplina	Carga Horária
4952	Direito de Família	60

APRESENTAÇÃO

Natureza jurídica do direito de família. Princípios do direito de família. Novos arranjos familiares. Proteção jurídica à família. O casamento civil e religioso. Habilitação para o casamento. Causas suspensivas e impedimentos matrimoniais. Regime de bens no casamento. Celebração como prova do casamento. As provas do casamento. A eficácia do casamento. Invalidez jurídica do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. União estável e suas atribuições. Parentesco e filiação. Alimentos, tutela e curatela.

OBJETIVO GERAL

O objetivo deste componente curricular é capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar os conceitos e a legislação inerentes ao direito da família em litígios e certames extrajudiciais envolvendo cônjuges, ex-cônjuges, filhos e novos arranjos familiares.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender e aplicar os princípios e fundamentos do direito da família.
- Definir o pressuposto sobre casamento civil e religioso, o processo de habilitação e de causas suspensivas.
- Distinguir os tipos de prova do casamento e questões sobre sua eficácia.
- Inventariar questões de dissolução conjugal

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO DIREITO DE FAMÍLIA

NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE FAMÍLIA
 PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA
 NOVOS ARRANJOS FAMILIARES
 PROTEÇÃO JURÍDICA À FAMÍLIA

UNIDADE II – MATRIMÔNIO À LUZ DO DIREITO DE FAMÍLIA

O CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO
 HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO
 CAUSAS SUSPENSIVAS E IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS
 REGIME DE BENS NO CASAMENTO

UNIDADE III – PROVAS E INVALIDADE DO CASAMENTO

CELEBRAÇÃO COMO PROVA DO CASAMENTO
 AS PROVAS DO CASAMENTO
 A EFICÁCIA DO CASAMENTO
 INVALIDADE JURÍDICA DO CASAMENTO

UNIDADE IV – DISSOLUÇÃO MATRIMONIAL, UNIÃO ESTÁVEL, PARENTESCO, TUTELA E CURATELA

UNIÃO ESTÁVEL E SUAS ATRIBUIÇÕES
 DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL
 PARENTESCO E FILIAÇÃO
 ALIMENTOS, TUTELA E CURATELA

REFERÊNCIA BÁSICA

ALMEIDA JUNIOR, J. E. de. **As relações entre cônjuges e companheiros no Novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Temas & Ideias, 2004.

CHAVES, C. e ROSENVALD, N. **Direito das Famílias**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005

FARIAS, C. C. de; ROSENVALD, N. **Direito das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FERRARESI, E. **Código das Famílias Comentado**: de acordo com o Estatuto das Famílias (PLN n. 2.285/07) (coord. Leonardo Barreto Moreira Alves), Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**. volume 6: Direito de Família. 14 Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MADALENO, A. C. C.; MADALENO, R. **Síndrome da alienação parental**: a importância da sua detecção com seus aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

RODRIGUES, S. **Direito Civil. Direito de Família**. V. 6. 28 Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RUZYK, C. E. P. **Famílias simultâneas**: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SAAD, M. S. S. **Mulher, sociedade e direitos humanos**: homenagem à professora doutora Esther de Figueiredo Ferraz. São Paulo: Editora Rideel, 2010.

SEREJO, L. **Direito constitucional da família**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

PERIÓDICOS

TARTUCE, F. **Manual de direito civil**: volume único. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

VENOSA, S. de S. **Direito Civil**: Direito de Família. 14ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

4981	Direito do Trabalho e da Previdência	60
------	--------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Direito do trabalho: fundamentos e competência legislativa. A consolidação das leis do trabalho. Contratos de trabalho e contrato sindical. Fundamentos do direito do trabalho e a relação com segurança social. Lei orgânica e disposições complementares da previdência social.

OBJETIVO GERAL

Este componente curricular tem por finalidade esclarecer e atualizar o estudante ou profissional da área jurídica sobre as disposições legais que versam sobre o direito do trabalho e da previdência social, capacitando o advogado, procurador, assessor jurídico e outros profissionais correlatos a aplicar tais fundamentos legais em suas ações judiciais e extrajudiciais nas esferas trabalhista e previdenciária.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Definir os fundamentos e as competências legislativas.
- Identificar as características mais importantes sobre a carteira de trabalho e previdência social.
- Compreender e identificar os elementos mais importantes sobre o contrato individual de trabalho, as convenções e os dissídios coletivos.
- Definir os fundamentos e as competências na justiça do trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

FUNDAMENTOS E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA
EMPREGADOR
CONTRATO DE TRABALHO
EMPREGADO

UNIDADE II – RELAÇÃO DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO E SEGURANÇA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

JORNADA DE TRABALHO
REMUNERAÇÃO E SALÁRIO
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

UNIDADE III – CONTRATOS DE TRABALHO

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO
DISSÍDIO COLETIVO

UNIDADE IV – JUSTIÇA DO TRABALHO E O DIREITO PREVIDENCIÁRIO

FUNDAMENTOS E COMPETÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL
PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL
REGRA DA CONTRAPARTIDA

REFERÊNCIA BÁSICA

LAZZARI, J. B.; KRAVCHYCHYN, J. L.; KRAVCHYCHYN, G. L.; CASTRO, C. A. P. de. **Prática Processual Previdenciária**: Administrativa e Judicial. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MARTINEZ, W. N. **Curso de Direito Previdenciário**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2014.

NASCIMENTO, A. M. **Iniciação ao direito do trabalho**. Editora Saraiva. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PRETTI, G. **CLT comentada**. Editora Ícone. 2018.

PRETTI, G. **Direito do trabalho após a reforma trabalhista**. Editora LTR. 2019

PERIÓDICOS

PRETTI, G. **Prática trabalhista com modelos de contratos e peças**. Editora LTR. 2019.

TSUTIYA, A. M. **Curso de Direito da Seguridade Social**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

4954	Direito Sucessório	60
------	--------------------	----

APRESENTAÇÃO

Introdução ao Direito sucessório: Noções e conceituação. Conceitos. Fundamentos e princípios. Sucessão em geral. Teoria geral do Direito sucessório. Ação de petição de herança. Aspectos processuais. Sucessão legítima e testamentária. Transmissão da herança. Espécies de sucessão e sucessores. Abertura do processo sucessório. Aceite, renúncia e cessão de direitos hereditários. Introdução ao planejamento sucessório. Conceitos. Regime de bens. Herança digital. Jurisprudência e legislação. Tributação sucessória. Responsabilidade dos herdeiros pelos tributos devidos pelo de cujus. Tributação decorrente da transmissão de bem para herdeiros ou legatários. Tributação gerada pelo espólio. Tributação decorrente da cessão dos direitos hereditários.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina visa capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar os princípios e dispositivos legais relacionados à sucessão de bens à luz do direito da família e do direito civil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar os conceitos básicos do direito sucessório e aplicar a teoria geral do mesmo.
- Interpretar ações de petição de herança e enunciar os aspectos processuais pertinentes à matéria.
- Examinar as diferenças entre sucessão legítima e testamentária e analisar seus conceitos.
- Discutir os processos de abertura de herança, inventário, capacidade e atos de renúncia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – DIREITO SUCESSÓRIO E OS ASPECTOS PROCESSUAIS

DIREITO SUCESSÓRIO: NOÇÕES E CONCEITUAÇÃO
TEORIA GERAL DO DIREITO SUCESSÓRIO
AÇÕES DE HERANÇA NO DIREITO SUCESSÓRIO
ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO DE SUCESSÃO

UNIDADE II – TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS

SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA
ABERTURA E TRANSMISSÃO DE HERANÇA
ACEITAÇÃO, RENÚNCIA E CESSÃO NA SUCESSÃO LEGÍTIMA
INVENTÁRIO E CAPACIDADE SUCESSÓRIA

UNIDADE III – PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E A HERANÇA DIGITAL

INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO
DESDOBRAMENTOS DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO
A HERANÇA DIGITAL
LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA NA HERANÇA DIGITAL

UNIDADE IV – ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DO DIREITO SUCESSÓRIO

RESPONSABILIDADE DOS HERDEIROS
TRIBUTAÇÃO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS
TRIBUTAÇÃO SOBRE O ESPÓLIO
TRIBUTAÇÃO SOBRE A CESSÃO DOS DIREITOS HEREDITÁRIOS

REFERÊNCIA BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa, **Curso de Direito Civil: família, sucessões**. 5ª.Ed. rev. e atual. 5 vol. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de direito civil: sucessões**. 4ª. Ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.

GAGLIANO, Pablo S; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito das sucessões**. 6ª. Ed. 7 vol. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: direito das sucessões**. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil 3 Esquematizado: responsabilidade civil, direito de família, direito das sucessões**. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Direito das Sucessões**. Vol. VI. 24ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PERIÓDICOS

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. Volume Único. 8ª. Ed. São Paulo: Método, 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil. Direito das Sucessões**. 13ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

4960	Práticas Jurídicas e Carreira Advocatícia	60
------	-------------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Atividades jurídicas e o NPJ. Interpretação textual e hermenêutica jurídica. Bases do português para redação jurídica. Ramos do direito. Advocacia Pública. Advocacia Privada. Aspectos gerais dos processos. A prática jurídica e o PJe. Organização do judiciário. Documentos essenciais à propositura da ação. Prazos processuais. Prescrição e decadência. Código de Ética e a OAB. Associação entre advogados. Marketing advocatício. Gestão de escritórios advocatícios.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo traz para o advogado, ou futuro advogado, uma visão ampla e sistêmica sobre a sua atuação profissional no mundo jurídico, abordando aspectos relacionados à ética e carreira profissional, língua portuguesa aplicada à hermenêutica jurídica, gestão advocatícia, administração de escritórios de advogados associados, entre outros aspectos relacionados à atuação deste profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender e assimilar as bases do profissional de direitos, os elencos de atividades e principais métodos de interpretação de peças jurídicas.
- Entender as ramificações do direito, identificando oportunidades de atuação profissional.
- Diferenciar as principais características e competências do advogado público e privado.
- Identificar os aspectos comuns aos processos judiciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – BASES PROFISSIONAIS DO DIREITO

ATIVIDADES JURÍDICAS E O NPJ

INTERPRETAÇÃO TEXTUAL E HERMENÊUTICA JURÍDICA
BASES DO PORTUGUÊS PARA REDAÇÃO JURÍDICA
RAMOS DO DIREITO

UNIDADE II – BASES DA ADVOCACIA

ADVOCACIA PÚBLICA
ADVOCACIA PRIVADA
ASPECTOS GERAIS DOS PROCESSOS
A PRÁTICA JURÍDICA E O PJE

UNIDADE III – FUNDAMENTOS SOBRE PROCESSOS JUDICIAIS

ORGANIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO
DOCUMENTOS ESSENCIAIS À PROPOSITURA DA AÇÃO
PRAZOS PROCESSUAIS
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

UNIDADE IV – ATUAÇÃO DO ADVOGADO E GESTÃO ADVOCATÍCIA

CÓDIGO DE ÉTICA E A OAB
ASSOCIAÇÃO ENTRE ADVOGADOS
MARKETING ADVOCATÍCIO
GESTÃO DE ESCRITÓRIOS ADVOCATÍCIOS

REFERÊNCIA BÁSICA

BATISTA, P. et. Al. **Coleção Carreiras Jurídicas: Direito Civil**. Brasília: CPluris, 2020.

CUNHA, L.C. da. **A Fazenda Pública em juízo**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PINHEIRO, R. et. Al.. **Coleção Carreiras Jurídicas: Processual Civil**. Brasília: CPluris, 2020.

TONON, M.; AGI, S. **Coleção Carreiras Jurídicas: Direito Penal**. Brasília: CPluris, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FREITAS JR, J.C.; OCAMPOS, L. **Coleção Carreiras Jurídicas: Processual Penal**. Brasília: CPluris, 2020.

PIMENTEL, C. **Português descomplicado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONZAGA, Álvaro de Azevedo; NEVES, Karina Penna; BEIJATO JR, Roberto. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da OAB – Comentados**. 6. ed. São Paulo: Editora Método, 2019.

PERIÓDICOS

ESEQUIEL, Mário. **Gestão Eficiente de Escritórios de Advocacia: Como Advogados e Administradores Podem Transformar a Prestação de Serviços Jurídicos em Negócios Mais Rentáveis**. 1. ed. São Paulo: Editora Saint Paul, 2013.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, ou seja, 60% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Esse curso é destinado aos profissionais da área de saúde e bem-estar e afins, que desejem aprofundar seus conhecimentos acerca da área de Direito.